



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) PARA ATENDER A DEMANDA DOS SERVIDORES DE DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC.

1.1. Da Especificação do objeto:

1.2.1. As especificações dos itens constantes no **quadro de quantidades, especificações e valores do anexo I** deste documento, deverão ser respeitadas seguindo estritamente sua descrição;

1.2.2. O objeto em questão é caracterizado como **comum**.

1.2.3. Esta contratação justifica-se por se tratar de um objeto necessário para garantir a segurança e bem-estar dos servidores desta entidade e para o cumprimento das normativas de Segurança do Trabalho.

1.2.4. Prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.2.5. Os quantitativos iniciais contratados poderão ser renovados no ato na renovação contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O Município não dispõe de Plano de Contratações Anual.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A realização do procedimento será através de **LICITAÇÃO**, na modalidade de **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

4.2. A escolha pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** fundamenta-se na contratação de serviço comum e que permite a flexibilização do quantitativo a ser contratado, dado procedimento de registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens para contratações futuras.

4.3. A escolha da forma de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM** ocorre pelo fato de proporcionar ampla concorrência entre os participantes do processo.

4.4. Não será permitida a participação de **CONSÓRCIOS**, uma vez que não se trata de contratação complexa ou de grande vulto, sendo que esta restrição não prejudica a ampla concorrência.

4.5. Não será permitida **SUBCONTRATAÇÃO** total ou parcial do objeto da contratação.

4.6. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme necessidade.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

- 4.7. Tratando-se de aquisição, por órgãos e entidades do município, de uma diversidade de itens para atendimento de suas demandas internas, imediatas ou não, as quais podem variar em quantidade no decorrer do tempo, verifica-se que, para a mais adequada satisfação da demanda apresentada, em termos quantitativos e temporais, torna-se imperiosa a utilização do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**.
- 4.8. Em cumprimento à Lei Complementar nº **123/2006**, optou-se pela destinação dos itens que somam valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para **EMPRESAS ME/EPP**.
- 4.9. O percentual a ser destinado às Empresas **ME/EPP** será de **10% (dez por cento)** distribuídos entre os itens que somam o valor acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
- 4.10. Nos termos da Lei Municipal nº 3.019/2023 será dado tratamento favorecido para contratações com empresa **ME/EPP LOCAL E REGIONAL**, sequencialmente.
- 4.11. **Poderá** ser exigida **amostra** de todos os itens que compõem o objeto licitado.
- 4.12. Caso sejam solicitadas, as amostras deverão ser entregues no endereço: Rua Natividade, s/n – FUNDOS - Vila Becker - Santo Amaro da Imperatriz/SC, no prazo limite de **02 (dois) dias úteis após a solicitação**, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.
- 4.13. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.
- 4.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 4.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
- 4.16. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 4.17. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de **2 (dois) dias** da divulgação do resultado final, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 4.18. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 4.19. Não haverá exigência de garantia da contratação nos termos dos art. 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. O objeto será entregue de acordo com a necessidade da Secretaria Demandante, mediante emissão de Autorização de Fornecimento, que deverá indicar o local de entrega (endereço da secretaria solicitante da respectiva AF).
- 5.2. Os itens deverão ser entregues nos endereços abaixo, conforme solicitação:

| SECRETARIA | SETOR | ENDEREÇOS DE ENTREGAS |
|---------------|-----------------------------------|--|
| Obras | Secretaria de Transportes e Obras | Rua Natividade, 3.640 – Fundos - Vila Becker |
| Meio Ambiente | Secretaria de Meio Ambiente | Praça Gov. Ivo Silveira, 306 - Centro |
| Educação | Secretaria de Educação | Rua Santana, nº 5.037 - Centro |
| Saúde | Secretaria de Saúde | Rua Santana, nº 4.710 - Centro |

- 5.3. O prazo de entrega será de **cinco (cinco)** dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento – AF.
- 5.4. No recebimento, a aceitação do objeto será considerada, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21 e demais legislações pertinentes.
- 5.5. Os itens deverão ser entregues em suas embalagens originais contendo as informações dos produtos de acordo com a legislação em vigor, observadas as especificações constantes no Termo de Referência.
- 5.6. O item que estiver em desconformidade com o edital, violados e ou visivelmente fora de estado de conservação e apresentação, deverão ser substituídos em sua totalidade, no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**.

6. MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 6.1. Para a execução do objeto será formalizada **Ata de Registro de Preço**, cuja minuta acompanha o Edital de licitação, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Termo, o Edital e Proposta de Preços da empresa vencedora.
- 6.2. O Município poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.3. O objeto deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.5. Toda comunicação formal entre a Administração e a Contratada deverá ocorrer através do e-mail sec_administracao@santoamaro.sc.gov.br
- 6.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

- 6.7. Ficam nomeados como **Gestor** do Contrato o Sr **Itamar Lonh Abreu Junior**, matrícula nº 11776 e como **Fiscal** do contrato a Sra **Ana Carolina de Souza**, matrícula 12054.
- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, e seu suplente, quando for o caso.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 6.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.16. Cabe ao **gestor** do contrato coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.17. O **gestor** do contrato deverá acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.18. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções e enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

- 6.19. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 6.20. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da(s) empresa(s) vencedora(s), os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **IPCA-e** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.21. Caso haja prorrogação da **ARP**, poderá ser renovado o quantitativo inicial contratado.
- 6.22. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.23. Poderá ser formalizado contrato a partir da Ata de Registro de Preços, em qualquer tempo durante a vigência da ARP. O **contrato** oriundo da ARP terá vigência de 1 (ano) ano e os quantitativos iniciais licitados, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite legal, conforme previsto no art. 107 da Lei Federal n. 14.133/2021
- 6.24. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 6.25. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 6.26. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- 7.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 7.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 7.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 7.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 7.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 7.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 7.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 7.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 7.1.9. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 7.1.10. não enviar proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 7.1.11. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

- 7.1.12. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 7.1.13. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 7.1.14. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;
- 7.1.15. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 7.1.16. fraudar a licitação;
- 7.1.17. não executar o total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 7.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 7.2.1. Advertência
 - 7.2.2. Multa
 - 7.2.3. Impedimento de licitar e contratar
 - 7.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 7.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 7.3.2. As peculiaridades do caso concreto
 - 7.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 7.3.4. Os danos que dela provierem para a administração pública
 - 7.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 15 Dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 7.5. Para infrações as previstas nos itens 7.1.9, 7.1.10, 7.1.11, 7.1.12 e 7.1.13, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
- 7.6. Para as infrações previstas nos itens 7.1.14 e 7.1.15 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.
- 7.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 7.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 7.1.9, 7.1.10, 7.1.11, 7.1.12 e 7.1.13, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

no âmbito da administração pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

- 7.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações acima dispostas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da lei nº 14.133/2021.
- 7.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, descrita no item caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 7.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização.
- 7.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 7.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 7.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 7.16. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 8.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.
- 8.10. A avaliação da execução do objeto será realizada conforme a indicação de retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada.
- 8.11. Não ficará isenta de sanções cabíveis, caso seja constatado que não foram produzidos os resultados acordados ou que se deixou de executar as atividades ou execução com qualidade mínima exigida à contratada.
- 8.12. O Município efetuará o pagamento à Contratada mediante apresentação de nota fiscal, acompanhada da certidão de regularidade com as Fazendas Municipal, Estadual, Dívida Ativa da União e Tributos e Contribuições Federais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista e da Certidão de Regularidade com FGTS.
- 8.13. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminando as especificações, a quantidade, o valor unitário e o valor total, devidamente atestada pelo setor competente, e dar-se-á mediante ordem bancária.
- 8.14. Havendo erro na Nota Fiscal, contestação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que esta providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 8.15. As Notas Fiscais emitidas pela Contratada deverão especificar no corpo da Nota fiscal, o número do respectivo empenho e os dados bancários da Contratada, além de relacionar a quantidade dos produtos, indicando o preço unitário em reais (R\$), o preço total em reais (R\$) e, por fim, o preço global da Nota Fiscal em reais (R\$).





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 9.1.** Os fornecedores serão selecionados por meio de **LICITAÇÃO**, na modalidade de **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 9.2.** Deverá comprovar os seguintes requisitos de **Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista**:
- 9.4.1. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.4.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.4.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.4.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.4.5. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 9.4.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.4.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 9.4.8. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 9.4.9.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 9.4.10.** Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no **Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso, (CNPJ).
- 9.4.11.** Prova de **regularidade fiscal** perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

- 9.4.12. Prova de **regularidade** com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;
- 9.4.13. Prova de **inexistência de débitos** inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.4.14. Provar de **inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.4.15. Prova de **regularidade** com a **Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.4.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.4.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 9.4.18. Para fins de **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá comprovar os seguintes requisitos:
- 9.4.21. **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de **pessoa física**, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 9.4.22. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 9.4.23. Para fins de **Qualificação Técnica**, deverá comprovar os seguintes requisitos:
- 9.4.24. Deverá ser apresentada Comprovação de aptidão de desempenho de atividade pertinente ao objeto, por meio de CERTIDÃO OU ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de notória idoneidade;
- 9.4.25. O(s) Atestado(s) deverá(ão) conter a identificação do signatário, claramente identificada a razão social e o CNPJ do licitante.
- 9.6.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.6.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 9.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.4. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

- 9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável é de **R\$ 380.038,10 (trezentos e oitenta mil, trinta e oito reais e dez centavos)**, conforme custos unitários apostos no **quadro de quantidades, especificações e valores**, anexo a este Termo de Referência.
- 10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas situações previstas na alínea "d" do inciso II caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.3. Os preços registrados poderão se repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento para 2025 das Secretarias Demandantes.
- 11.2. A indicação do recurso detalhado para fazer frente à obrigação assumida quando da efetiva contratação será disponibilizada na Autorização de Fornecimento emitida pelo órgão solicitante, que deverá aparecer no campo "informações adicionais", quando da emissão da Nota Fiscal a exemplo genérico: NOME DO RECURSO/ EMPENHO Nº / PREGÃO Nº, para que possam preencher os requisitos da contabilidade, durante a efetivação do pagamento.

12. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 12.1. Quanto aos Quanto a questão dos impactos ambientais, a contratação em tela, tem como base observar as informações contidas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>, sendo que, a contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade, inseridos agora nos princípios da aplicação da lei 14.133/2021.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 13.1. Fornecer **à(s) empresa(s) vencedora(s)**, a qualquer tempo e com o máximo de presteza, todos os esclarecimentos necessários para execução do objeto e demais informações que esta venha a solicitar.
- 13.2. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato.
- 13.3. Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à Contratada, após o cumprimento integral das obrigações e formalidades legais.
- 13.4. Anotar em registro próprio e notificar à Contratada por escrito a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.
- 13.5. Informar **à(s) empresa(s) vencedora(s)** nome e telefone do gestor do contrato e seus respectivos fiscais mantendo tais dados atualizados.
- 13.6. Relacionar-se com a **à(s) empresa(s) vencedora(s)** exclusivamente com pessoa por ela credenciada.
- 13.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 13.8. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 13.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 14.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 14.2. Entregar o objeto com as características exigidas no contrato e de acordo com a legislação vigente pertinente, sendo vedadas soluções alternativas para consecução do objeto, ressalvadas as hipóteses de expressa anuência por parte da Administração.
- 14.3. Reparar, corrigir, remover, trocar, substituir, no prazo estabelecido, às suas expensas, os produtos que atenderem aos mencionados nesse termo de referência, assim como aqueles que se verificarem vícios.
- 14.4. Cumprir rigorosamente o Edital e os prazos estabelecidos, sujeitando-se à Lei Federal nº 14.133/2021.
- 14.5. Executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidade ou subcontratações não autorizadas pelo Contratante.
- 14.6. Comunicar à Prefeitura Municipal, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 14.7. Manter a Prefeitura informada quanto a mudanças de endereço, telefones e e-mail de seu estabelecimento.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

- 14.8. Atender prontamente qualquer exigência de fiscalização inerente ao objeto fornecido.
- 14.9. Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições habilitatórias, em especial, no que se refere ao recolhimento de impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto, as quais são imprescindíveis para a emissão de pagamentos de qualquer natureza.
- 14.10. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência, conforme artigo 121 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 14.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.
- 14.12. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com versão em português e da relação de assistência técnica autorizada (se for o caso).
- 14.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

15. DOS CASOS OMISSOS

- 14.1. Os casos Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

Santo Amaro da Imperatriz, 08 de agosto de 2025.

Itamar Lohn Abreu Junior
Secretário Municipal de Administração e Fazenda





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

ANEXO I

QUADRO DE QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E VALORES

| ITEM | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UND | QTDE TOTAL | VALOR UNITÁRIO |
|------|----------|--|-----|---------------|-------------------|
| 1 | 18018502 | Avental de napa/bagum, ou pvc forrado com poliéster. Na cor branca, curto (120 cm), com espessura de no mínimo 30 mm e impermeável. Deve conter indicação de certificado de aprovação (ca). | UND | 330 | |
| 2 | 18018503 | Avental de Raspa Couro Soldador 1.0x0,60m Sem Emenda | UND | 60 | |
| 3 | 18018504 | Avental Descartável Laminado 30gr. Manga longa com 60 cm de comprimento, cava de aproximadamente 30 cm. Com 2 tiras no pescoço e 2 tiras costuradas na cintura. Fechamento total nas costas. Possui barreira contra líquido e partículas. Totalmente impermeável. Produto confeccionado em TNT (tecido não tecido) - Pacote com 10 unidades. | PCT | 40 | |
| 4 | 18018535 | Boné árabe com casquete Vestimenta tipo boné árabe em tecido algodão com saia de proteção em algodão e/ou poliéster com acabamento nas bordas, fechamento frontal com velcro. Aba plástica curva e casquete de proteção interno removível injetado em polietileno de alta densidade e pala. Regulagem para fixação e estabilidade do boné na cabeça. Aprovado para proteção do crânio e pescoço do usuário contra agentes abrasivos e escoriantes. Certificado de Aprovação vigente, data de fabricação deve ter no máximo 6 meses da data de entrega caso aplicável a validade no objeto | UND | 50 | |
| 5 | 18018505 | Bota de PVC Cano Extra Longo com Polaina 40cm Azul com Solado Amarelo. Impermeável. Sola com propriedades antiderrapantes, resistente ao escorregamento em piso cerâmico e piso de aço (SRC), e resistente à óleo combustível (FO). Tamanhos: do 39 ao 45. | PAR | 570 | |
| 6 | 18018506 | CALÇA DE BRIM, na cor branca, calça profissional, tecido 100% algodão, brim pesado (padrão), com elástico e cadarço na cintura, com bolsos na frente e nas costas, conforme especificações abaixo. Tamanhos M, G, GG, XG, 3G, 4G. | UND | 520 | |
| 7 | 18018507 | Calçado ocupacional isolante elétrico de uso profissional tipo botina, fechamento em elástico, confeccionado em microfibra, região do dorso em material têxtil, forro em tecido, palmilha de montagem em material sintético, palmilha interna removível antibacteriana, biqueira composite para conformação, solado de poliuretano bidensidade com propriedade antiderrapante injetado diretamente no cabedal, com sistema absorção de energia na região do salto. Aprovado para proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra choques elétricos para trabalhos com baixa tensão até 500 v em ambiente seco. Tamanhos: do 39 ao 45 | PAR | 920 | |





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

| | | | | | |
|----|----------|--|-----|-----|--|
| 8 | 18018508 | CAMISETA, na cor branca, manga curta, de malha 100% algodão Tamanhos P, M, G, GG, XG, 3G, 4G. | UND | 800 | |
| 9 | 18018509 | Caneleira De Segurança Com Joelheira Para Trabalho Na Roça. Com 3 talas. Fechamento com Velcro e presilha. | PAR | 50 | |
| 10 | 18018511 | Capacete de segurança para uso na indústria, tipo II (aba frontal), classe B com as suspensões com jugular em tecido sintético ajustável e com queixeira. Casco branco em polietileno de alta densidade, suspensão montada em quatro pontos com ajuste por catraca. Deve apresentar o selo de marcação do INMETRO. Aprovado para proteção da cabeça do usuário contra impactos de objetos sobre o crânio e contra choque elétrico. Certificado de Aprovação vigente, data de fabricação deve ter no máximo 6 meses da data de entrega caso aplicável a validade no objeto. | UND | 100 | |
| 11 | 18018510 | Capa em PVC reforçado, espessura 0,23 a 0,28mm, confeccionado em tela sintética revestida com forro na parte interna, com fechamento frontal através de botões de pressão plástico, costura através de solda eletrônica. Tamanhos: M - G - GG - XG | UND | 350 | |
| 12 | 18018512 | CONJUNTO DE CHUVA LARANJA COM REFLETIVO Tamanho GG – XG – XXGG O produto é confeccionado em PVC 0,28mm. Jaqueta com fechamento através de zíper e velcro recobertos por uma lapela de drenagem, com capuz, regulador nos punhos, e refletivo nas costas. Calça com elástico na cintura | CJT | 60 | |
| 13 | 18018513 | LUVA DE ALGODÃO, TRICOTADA E PIGMENTADA, TAMANHOS A COMBINAR. | PAR | 10 | |
| 14 | 18018514 | LUVA DE RASPA COURO COM PUNHO 15 CM SEM REFORÇO, 5 DEDOS. Luva confeccionada em raspa sem costura no dorso, com reforço interno no palmo e polegar. Indicado para proteção de mãos e antebraços contra respingos de solda, metais em fusão e calor radiante. Utilização: soldagens, manuseio de materiais no pátio, entre outros. | PAR | 520 | |
| 15 | 18018515 | LUVA DE RASPA FATIADA 7 CM - Luva confeccionada em raspa sem costura no dorso, com reforço interno no palmo e polegar. Indicado para proteção de mãos e antebraços contra respingos de solda, metais em fusão e calor radiante. Utilização: soldagens, manuseio de materiais no pátio, entre outros. Punhos: 7cm | PAR | 100 | |
| 16 | 18018516 | Luva de segurança confeccionada em malha de algodão com revestimento em látex nitrílico. Punho confeccionado em malha. Tamanho 10. | PAR | 410 | |
| 17 | 18018517 | Luva de segurança confeccionada em malha de algodão com revestimento em látex nitrílico. Punho confeccionado em malha. Tamanho 9. | PAR | 410 | |
| 18 | 18018518 | Luva de segurança confeccionada em malha de algodão com revestimento total em látex nitrílico. Punho confeccionado em lona. | PAR | 30 | |





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

| | | | | | |
|----|----------|--|-----|-----|--|
| 19 | 18018534 | LUVA DE SEGURANÇA TIPO PVC CANO MÉDIO - Luva de segurança confeccionada em PVC, palma e dorso rugoso, para proteção contra agentes químicos agressivos: ácidos, alcalinos, detergentes, sabões, amoníacos e similares, bem como objetos contaminados e com riscos mecânicos, cano médio medindo 36cm, com Certificado de Aprovação C.A | PAR | 130 | |
| 20 | 18018519 | Luva para jardinagem. Com garra para cavar e semear. Tamanhos P,M,G. | PAR | 10 | |
| 21 | 18018523 | MASCARA DESCARTÁVEL TRIPLA. Com elástico, na cor branca, atóxica, não estéril, não inflamável. Caixa com 50 un. | CXA | 500 | |
| 22 | 18018522 | Máscara de solda com escurecimento automático. Ajustável. | UND | 5 | |
| 23 | 18018520 | Máscara - Respirador purificador de ar para uso hospitalar tipo peça semifacial filtrante para partículas PFF2, classe S, COM válvula de exalação, confeccionada em quatro camadas, sendo: camada externa de fibra sintética de polipropileno; camada meio de fibra sintética estrutural; camada filtrante de fibra sintética com tratamento eletrostático, camada interna de fibra sintética de contato facial. Com tirantes de cabeça de elástico para sustentação da peça facial e tira metálica para ajuste sobre o septo nasal. Respirador descartável tipo dobrável. Deve apresentar o selo de marcação do INMETRO. Aprovado para proteção das vias respiratórias do usuário contra poeiras, névoas e fumos (PFF2). Com registro na ANVISA. Certificado de aprovação vigente, data de fabricação deve ter no máximo 6 meses da data de entrega caso aplicável a validade no objeto. UNIDADE. | UND | 780 | |
| 24 | 18018521 | Máscara - Respirador purificador de ar tipo peças semifacial filtrante para partículas PFF1, classe S, confeccionada em quatro camadas, sendo: camada externa de fibra sintética de polipropileno; camada meio de fibras sintética estrutural; camada filtrante de fibra sintética com tratamento eletrostático, camada interna de fibra sintética de contato facial. Com tirantes de cabeça de elástico para sustentação da peça facial, tira metálica para ajuste sobre o septo nasal e válvula de exalação. | UND | 10 | |
| 25 | 18018536 | MEIA DE POLIAMIDA TIPO DE JOGADOR CANO ALTO. Cor verde. Composição: Tipo meia de jogador de futebol e com a sola do pé em algodão para uso do gari. Atoalhada, com proteção contrachoque e bolhas, Tecido: Poliamida, algodão, poliéster e elastano. | PAR | 360 | |
| 26 | 18018524 | Óculos de proteção com lente de segurança em policarbonato ótico incolor com tratamento antirrisco. Armação com cor a combinar. Apoio nasal e proteção lateral no mesmo material da lente. Hastes tipo espátula com ajuste de comprimento para melhor adaptação ao rosto do usuário. | UND | 850 | |





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

| | | | | | |
|----|----------|---|-----|------|--|
| 27 | 18018525 | Óculos de segurança Lente Escura: Proteção contra impactos de partículas e radiação UV (U6). Fabricado 100% em policarbonato de alta resistência. | UND | 60 | |
| 28 | 18018526 | Protetor Auricular Abafador De Ruídos Tipo Concha. Nível de atenuação de ruído mínima de 9 dB. Almofadas de Espuma em suas laterais e interior. Dobrável. | UND | 20 | |
| 29 | 18018527 | PROTETOR AURICULAR DE INSERÇÃO (TIPO PLUG) - Protetor auricular de inserção em tamanho único, confeccionado em plástico atóxico e elasticamente moldável, tipo tampão para ouvido, para inserção no canal auditivo. Deve possuir índice de atenuação do ruído (NRRSF) mínimo de 17 DB e ser acondicionado em saquinho ou estojo. | UND | 130 | |
| 30 | 18018528 | Protetor solar, fator de proteção 30, embalagem de no mínimo 200 ml. Deverão constar estampados no rótulo do produto: dados de identificação, procedência, número do lote, indicações de uso, precauções e data de fabricação/validade. | UND | 580 | |
| 31 | 18018529 | Repelente líquido 200 ml. Para proteção contra insetos. | UND | 580 | |
| 32 | 18018531 | SAPATO FECHADO BRANCO EVA, calçado ocupacional de uso profissional tipo tênis, fechado na parte do calcanhar e na parte superior, confeccionado em EVA, soleta de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto e ao óleo combustível, com palmilha interna removível. Calçado na cor branca com soleta na cor bege. Deve conter Indicação de Certificado de Aprovação (CA) | PAR | 300 | |
| 33 | 18018530 | Sapato fechado - sapato de segurança para uso profissional - sapato fechado - sapato de segurança para uso profissional, com abertura lateral em elástico recoberto, confeccionado em vaqueta branca, colarinho acolchoado, forro interno na gáspea não tecido e forro de cano em sanitec dublado com manta de não tecido, com tratamento antimicrobiano, biqueira plástica, palmilha de montagem não tecido, solado injeção direta bidensidade bicolor e sobrepalmilha antimicrobiana. Características gerais: sapato de segurança com forma alta e larga que propicie conforto e um bom calce de acordo com as normas e escala francesa. Solado: pu bidensidade; biqueira plástica; aplicação: sapato ideal para uso em cozinha industrial, enfermagem e uso em laboratório. Com certificado de aprovação do ministério do trabalho. Tamanhos: do 39 ao 45. | PAR | 1270 | |

